

## **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E OITO**

-----Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e oito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência de Raul Cunha, em substituição do Presidente da Assembleia, Laurentino Dias, o Primeiro Secretário – Manuel Fernandes Cunha e o Segundo Secretário – Manuel Cunha. Verificada a existência de quórum, foi declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa quando eram vinte e uma horas e trinta minutos. Seguidamente, foram anunciados os pedidos de suspensão de mandato, por um período de trinta dias, Duarte Teixeira Rocha e José Manuel Ribeiro Baptista, eleitos pelo Partido Social Democrata e Olinda Joaquina Teixeira Alves, eleita pelo Partido Socialista; por um período inferior a trinta dias, Francisco M. Figueira de Lemos, eleito pelo Partido Socialista; por um período de quinze dias, Matilde do Céu Mendes Silva Carvalho, Belarmino Oliveira Costa e Jorge Carlos Pereira de Lemos, todos eleitos pelo Partido Social Democrata. Colocados a votação, foram aprovados, por unanimidade. Pediu a substituição Nelson Daniel da Silva Pereira e José Humberto Fernandes Castro, eleitos pelo Partido Social Democrata. Pediram, ainda, substituição o Presidente da Junta de Freguesia de Arnozela pelo Secretário da Junta de Freguesia. Seguidamente, comunicou o pedido de renúncia de mandato de Ricardo João Pedrosa Alves de Almeida, eleito pelo Bloco de Esquerda. Tomaram assento na Assembleia os respectivos substitutos, após a assinatura do livro de presenças, registando-se a presença de sessenta e nove membros. -----

-----De seguida, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos elementos da Assembleia Municipal para que, querendo, o consultassem. -----

-----Deu-se início ao período de intervenções. Tomou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pela Coligação Democrática Unitária (CDU), para, no seguimento da deliberação tomada pela Assembleia Municipal relativa à entrega dos relatórios pelos representantes da Assembleia nos Conselhos para

que foram eleitos, afirmar que, até à data, ainda não tinha sido entregue qualquer relatório. -----

-----Sobre a Naturfafa, perguntou se já tinham sido encerradas as contas de 2007 e, caso afirmativo, porque motivo não tinham sido apresentadas à Assembleia Municipal; -----

Ainda sobre a Naturfafa, entidade que se encontrava a explorar a Escola de Trânsito, perguntou porque estava a ser cobrada uma taxa, motivo que levou a que, no primeiro trimestre do ano em curso, não tenha havido visitas àquele equipamento, como era do seu conhecimento. -----

-----De seguida, interveio **Pedro Frazão**, eleito pelo Partido Social Democrata (PSD) para fazer uma análise crítica ao convite efectuado pela Autarquia ao Tenente-coronel Otelo Saraiva de Carvalho para integrar nas comemorações do Vinte e Cinco de Abril, lamentando a escolha efectuada pela Câmara Municipal de Fafe. -----

-----Disse ainda que o Partido Social Democrata nunca tinha questionado as escolhas da Câmara para intervirem nas comemorações, porém a escolha efectuada para as últimas comemorações era lamentável, alegando que o Tenente -Coronel tinha tido o seu papel nos acontecimentos de Abril de setenta e quatro, no entanto, era impossível de dissociar daquele personagem o papel importante que o mesmo teve na criação da organização das Forças Populares de Vinte e Cinco de Abril (FP25), em pleno regime democrático. -----

-----Fez uma análise crítica à vida do Tenente-Coronel Otelo Saraiva de Carvalho, salientando a sua condenação por crime de organização terrorista, em mil novecentos e oitenta e cinco, a sua responsabilidade pelo assassinato de dezassete pessoas e a excepcional amnistia concedida pela Assembleia da República, em mil novecentos e noventa e seis, a única amnistia concedida, até à data, por crimes de sangue. Afirmou ainda que o Tenente-Coronel viu o seu registo criminal *limpo* pelo do regime democrático que tanto quis derrubar. -----

-----Nestes termos, salientou que o convite para falar de liberdade a quem tanto a tinha combatido não poderia *passar em claro*. -----

----- Terminou, afirmando que as comemorações deveriam ser alteradas, modernizadas, de forma a captar a atenção do cidadão comum. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Orlando Carvalho Leite**, eleito pelo Centro Democrático e Social/Partido Popular (CDS/PP). Iniciou a sua intervenção, fazendo referência ao chumbo do Projecto-Lei de alteração da Lei Eleitoral Autárquica, tecendo alguns considerandos sobre o assunto nomeadamente que a tentativa de reforma da legislação relativa à eleição dos órgãos autárquicos não augurava nada de bom e não correspondia a nenhum anseio legítimo e necessário das autarquias. -----

-----Afirmou, ainda, que não podia ser efectuada qualquer reforma que pusesse em causa o imperativo constitucional da proporcionalidade na representação das diversas forças políticas nos órgãos autárquicos, esperando que, numa próxima oportunidade, a discussão fosse mais serena e voltada para os aspectos essenciais e menos aritméticas eleitorais. -----

-----Relativamente ao Jardim do Calvário e sua inauguração, embora com alguns detalhes em falta, como o elevador, fez votos para que os Fafenses voltassem a usufruir com gosto de tal espaço e que o mesmo se mantivesse aprazível durante muito tempo; -----

-----Quanto ao Cine-Teatro, questionou o Presidente da Câmara sobre se tinha estudado ou analisado o enquadramento da sua utilização, nomeadamente, sobre a criação ou não de uma entidade vocacionada para o efeito, bem como o estabelecimento, ou não, de parcerias com outras estruturas municipais do género, com a finalidade de permitir mais facilmente o acesso a um programa diversificado e de qualidade. -----

-----Perguntou, também, para quando estava prevista a assinatura do protocolo relativo à mudança de instalações da Guarda Nacional Republicana (GNR), atendendo ao que tinha sido noticiado pela comunicação social local.---

-----Focando, ainda, uma notícia do Semanário *SOL*, na sua edição de 25 de Abril de 2008, na qual foi tornada pública a pretensão do Ministério da Saúde em transformar 15 Hospitais Públicos em unidades de cuidados continuados, entre os quais o de Fafe, perguntou ao Presidente da Câmara sobre tal projecto e se, atendendo ao facto deste projecto estar a ser preparado desde 2006, se tal situação estava prevista aquando da negociação do protocolo relativo às urgências. -----

-----Terminada a Intervenção de Orlando Leite Castro, tomou a palavra **José Ricardo Antunes**, eleito pela Coligação Democrática Unitária. -----

-----Relativamente ao Eco Parque/Aterro Sanitário de Fafe questionou a Câmara sobre se já estava definido pelo projecto o local de implementação da infra-estrutura; quais os resultados do concurso público para o fornecimento de um estudo prévio e projecto de execução; se os resultados do estudo hidrogeológico, fundamental à instrução do processo de licenciamento, seriam discutidos na Assembleia Municipal; se tinha sido constituído algum grupo de trabalho no qual estivesse prevista a participação da Junta de Freguesia onde seria implantado o aterro e se a população tinha sido sensibilizada para o facto. Perguntou ainda, sobre a proveniência do financiamento da obra e qual a quota de responsabilidade da Autarquia e/ou da AMAVE. -----

-----Perguntou, também, como se iria processar a logística do transporte, nomeadamente, encargos financeiros e a construção de acessibilidades; Qual a capacidade de encaixe útil do aterro, o tempo de vida estimado do referido Eco Parque e o tipo de resíduos a tratar e sua perigosidade. -----

-----Finalizou a sua intervenção, perguntando se iria haver um tarifário único, bem como uma diminuição de preços/custos ao munícipe. -----

-----De seguida, usou da palavra **Pompeu Martins**, eleito pelo Partido Socialista (PS). Iniciou a sua intervenção manifestando o regozijo do PS pelas comemorações levadas a efeito pela Câmara Municipal, nomeadamente pelo apelo que continuamente mantinha às novas gerações através da iniciativa da Assembleia de Jovens Municípes, dando sinais de que a democracia e a liberdade se tinham transformado num aprofundamento de ideias e de sentido crítico por parte dos cidadãos. -----

-----Saudou a Câmara por, simbolicamente, aproveitar a data do vinte e cinco de Abril para inaugurar obras que iriam contribuir para um aumento de qualidade de vida dos fafenses; -----

-----Fez também referencia à publicação da obra *30 Anos de Poder Local*, da autoria de Artur Ferreira Coimbra, na qual era retratada a memória dos protagonistas e a obra realizada no concelho de Fafe, durante as três décadas posteriores à Revolução de Abril de mil novecentos e setenta e quatro. -----

-----O PS saudou, também, a Câmara Municipal pelas obras de requalificação do Jardim do Calvário, pelo respeito pela traça original do espaço, pela preservação do centro urbano como um local de memória viva daquilo que constituía o legado histórico do século XIX. -----

-----Afirmou, ainda que a obra de requalificação do Jardim do Calvário tinha sido um investimento na qualidade ambiental do concelho, pelas espécies que ali habitavam, algumas delas raras em Portugal, mas também pelo que dali se podia induzir para que escolas e organizações ambientalistas pudessem escolher o Jardim do calvário para formar cidadãos mais conscientes da necessidade de preservação do meio ambiente. -----

-----Salientou, também, a cultura histórica pela memória dos autarcas que transformaram o Outeiro do Calvário em Jardim Público, numa deliberação Municipal de 1889, e cuja construção se deveu ao altruísmo do Comendador Albino de Oliveira Guimarães, a quem uma vez mais deveriam prestar a devida homenagem. -----

-----Finalizou a sua intervenção dizendo que era desse progresso e nessa forma de desenhar o desenvolvimento em Fafe que se reconheciam, salientando que essa era a marca do PS à frente da Câmara, que serena e consistentemente, ia proporcionando à cidade e à população uma vida com maior qualidade. -----

-----Seguidamente, interveio **Vítor Silva**, Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos, para afirmar que o Hospital de Fafe, ao contrário do que tinha sido veiculado, com a formação do Centro Hospitalar, foi perdendo algumas especialidades e protagonismo. -----

-----Salientou o aumento do número de administradores do Centro Hospitalar, num total de dezassete, mas que não *ligavam* ao Hospital de Fafe.--

-----Afirmou que já era tempo do Município questionar a Administração do Centro Hospitalar sobre o que pretendiam fazer em Fafe, nomeadamente, qual a intervenção que pretendiam levar a efeito para que os interesses dos cidadãos fossem inteiramente salvaguardados e não se mantivesse o percurso actual de perda de serviços, de especialidades, de qualidade e tratamento às pessoas. -----

-----Sobre as obras do Cine-Teatro e conseqüente fecho da Travessa Monsenhor Vieira de Castro ao trânsito, perguntou se tinham pensado nalguma intervenção no sentido de facilitar o acesso aos transeuntes e doentes ao local.

----- Terminou, afirmando que, relativamente ao Bar do Jardim do Calvário, esperava que a Câmara tivesse mais cuidado para que não acontecesse o mesmo que tinha acontecido com o Bar da Praça. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Joaquim Magalhães**, eleito pela CDU, para solicitar alguns esclarecimentos. -----

-----Relativamente às alterações de trânsito em Fafe, perguntou se, uma vez que era da competência da Assembleia a aprovação de posturas e regulamentos, as alterações não deveriam também ser submetidos à aprovação da Assembleia; perguntou também se a alteração de locais dos parómetros e o seu aumento não deveriam igualmente ser remetidos à Assembleia. Interrogou ainda sobre o motivo que levou à alteração de trânsito da via em causa (Rua Dr. Maximino de Matos), porquê o atraso da alteração, atendendo a que era uma reivindicação antiga dos Bombeiros e se não chegaria a colocação de um sinal ou a criação de um corredor só para viaturas de emergência médica ou outras. -----

-----Ainda sobre a matéria em discussão (trânsito e estacionamento), perguntou sobre o número de cartões de residentes pré-pagos que tinham sido adquiridos até à data; qual a taxa de utilização dos parques de estacionamento cobertos; qual o motivo da existência de fiscalização *apertada* junto aos referidos parques, se era para obrigar os automobilistas a utilizar esses equipamentos. -----

-----Atendendo à proximidade do Verão e conseqüente época de incêndios solicitou informações sobre a posição da Câmara relativamente a uma situação de falta de limpeza de um terreno existente em Antime (apresentou fotografias à Mesa). -----

-----Ainda sobre o assunto supra referido, perguntou sobre o procedimento da Câmara numa situação em que eram aplicadas coimas, se seria permitido continuar com o terreno por limpar; se seria obrigatória a sua limpeza pelo proprietário ou se a Câmara efectuava a limpeza coerciva e apresentava as despesas ao proprietário do terreno; se o proprietário pagava apenas as

coimas e não limpava os terrenos, e se, posteriormente à aplicação das coimas a situação se poderia manter por um período superior a três anos. -----

-----Finalizou a sua intervenção questionando a Câmara sobre a realização de obras públicas, nomeadamente, se os proprietários de espaços ou entradas que fossem da oposição seriam os últimos a ser contemplados com os respectivos arranjos a que tinham direito e se tinham intenção em dar como concluídas as obras sem que todos os arranjos tenham sido efectuados. Afirmou, ainda, não estar interessado em investir monetariamente na obtenção de provas documentais de faltas de respeito e de incumprimentos dos direitos dos cidadãos durante e após a realização de obras públicas, mas se isso contribuísse para uma maior responsabilidade não se escusaria a fazê-lo. -----

-----De seguida, interveio **Fátima Caldeira**, Presidente da Junta de Freguesia de Estorãos, salientando a preocupação do Senhor Presidente da República na sessão solene das Comemorações do Vinte e Cinco de Abril, na Assembleia da República, relativamente ao desconhecimento dos jovens e desvalorização relativa à importância cívica, política e social do Vinte e Cinco de Abril em Portugal. -----

-----Afirmou que a responsabilidade pela promoção do conhecimento desse facto marcante na história de Portugal cabia à Sociedade em geral e a todos os responsáveis directos pela educação e formação dos jovens. Nesse sentido, felicitou a atitude da Câmara ao incluir, nas comemorações da Revolução do Vinte e Cinco de Abril, a Assembleia de Jovens Municipais. -----

-----Felicitou, também, a Câmara pela assinatura dos protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho que iriam permitir às Juntas de Freguesia a realização e concretização de alguns investimentos, salientando que o momento escolhido para a sua assinatura revelava o reconhecimento e importância que o poder local, delegado nas Juntas de Freguesia, constituía um verdadeiro motor de desenvolvimento e promoção da qualidade de vida da população das Freguesias que representavam. -----

-----De seguida, tomou a palavra **Leonor Castro**, eleita pela CDU, que iniciou a sua intervenção fazendo um reparo à Mesa, mais concretamente ao Presidente da Assembleia Municipal, pela convocação da sessão para uma segunda-feira à noite, salientando as inconveniências que isso acarretava para

os membros da Assembleia Municipal, isto porque, não eram políticos profissionais, a tempo inteiro, e alguns trabalhavam fora do concelho. -----

-----Relativamente às celebrações do Vinte e Cinco de Abril, afirmou que era importante assinalar a data, mas, mais importante seria ensiná-la, para que não surgisse o espanto como de facto tinha sido referenciado pelo Presidente da República no que concernia ao desconhecimento das novas gerações. -----

-----Quanto à sessão solene salientou o descontentamento muito grande relativamente ao que se passava no país, que perpassou todos os discursos, nomeadamente os diversos atentados e provas a que a liberdade e democracia estavam sujeitas. -----

-----Ainda relativamente à democracia e liberdade, fez um reparo ao Presidente da Câmara mencionando que democracia e liberdade também era dar valor à oposição e às vozes, mesmo que fossem discordantes, e que não era muito elegante o Presidente da Câmara referir-se à oposição nos moldes em que o tinha feito, uma vez que a oposição cumpria o seu papel. -----

-----Fez ainda uma observação às declarações efectuadas pelo Presidente da Câmara relativamente à questão do hospital, afirmando que tinha demonstrado um grave desrespeito pela oposição. -----

-----Terminou a sua intervenção mencionando que, quanto às questões levantadas na presente sessão sobre a saúde, o Hospital e o Centro Hospitalar, era do entendimento que a oposição quando levantava essas questões não era para partidarizar ou politizar. -----

-----Seguidamente, interveio **Jorge Adélio Costa**, eleito pelo PSD, para fazer uma observação à intervenção de Pompeu Martins, questionando-o sobre se tinha alguma estratégia relativamente ao crescente desemprego no concelho de Fafe; -----

-----De seguida, interveio **Pompeu Martins**, afirmando que deveriam ter orgulho no concelho, salientando que a problemática do crescente desemprego era um problema ao qual o Governo estava atento, bem como a Câmara e Assembleia Municipal. -----

-----De seguida, interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Regadas** para perguntar quando iria ser efectuado o passeio junto ao Jardim-de-infância e quando iniciavam as obras do edifício escolar. -----



-----Fez ainda uma observação aos comentários de funcionários da Câmara relativamente à realização de obras na freguesia de Regadas. -----

-----Terminou, afirmando que, relativamente ao valor do protocolo de investimento, celebrado no dia vinte e cinco de Abril, a freguesia de Regadas tinha sido lesada em relação a outras freguesias que, no mandato anterior, tinham obtido mais verbas. -----

-----Terminadas as intervenções, tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, para prestar os esclarecimentos solicitados: -----

- Quanto ao Relatório de Contas da Naturfafe, disse que iria ser aprovado e posteriormente o remeteria à Assembleia para conhecimento. -----

Ainda sobre a Naturfafe, deu algumas explicações relativamente ao seu funcionamento e constituição. -----

- Relativamente ao convite do Tenente-Coronel Otelo Saraiva de Carvalho, informou que tinha sido a Associação 25 de Abril a indicar a sua presença. -----

- Sobre o Cine-Teatro, afirmou que ainda não estava definida a gestão desse equipamento e que, provavelmente, iria ser gerido pela Naturfafe e que para esse efeito teriam que contratar um programador cultural; -----

- Quanto ao Quartel da Guarda Nacional Republicana, afirmou que tinham recebido um protocolo para a criação de um destacamento em Fafe e para a realização das obras do edifício; Informou que tinham feito alguns reparos ao protocolo e que aguardavam resposta, salientando, no entanto, que em dois mil e nove teriam um quartel novo e um destacamento em Fafe; -----

- Relativamente à notícia do semanário “Sol”, disse que a Administração do Centro Hospitalar Ihe tinha garantido que a mesma era falsa, no entanto, admitiu que poderia ter fundamento, atendendo a que o actual Hospital, propriedade da Misericórdia, tinha sido indicado para ser constituído em hospital para acamados, no entanto assegurou que a notícia não se referia ao novo hospital; -----

- Quanto ao Eco Parque disse que a Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE) iria discutir os aterros necessários no AVE e que ainda não era certo que se fosse construir um aterro no concelho de Fafe, no entanto, era possível que isso acontecesse. Afirmou que, para essa possibilidade, tinham sido indicados terrenos nas extremidades do concelho (Armil, Fareja e Cepães),

onde poderia ser criada uma zona industrial ambiental para a colocação de um conjunto de actividades na área do ambiente. -----

Relativamente à sua execução, afirmou que a AMAVE trabalhava em conjunto com a QUERCUS (Associação Nacional de Conservação da Natureza), para assegurar que o que se realizasse seria efectuado nos termos das leis ambientais. -----

Disse, ainda, que o Eco Parque iria ser financiado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e pago pelos utilizadores do sistema; Quanto às acessibilidades, afirmou que o percurso deveria ser efectuado pela auto-estrada e em caso de impossibilidade teriam que executar beneficiação das estradas actuais até ao aterro ou executar novo acesso. -----

Informou sobre o tipo de resíduos que iriam ser depositados e que relativamente às tarifas, deveria ser implementado um tarifário único, porém não tinha mais informações. -----

- Afirmou que iria tentar saber o número de administradores que constituíam o Conselho de Administração do Cento Hospitalar uma vez que era uma questão que o preocupava; -----

- Quanto ao Bar do Jardim do Calvário, informou que iriam ser cautelosos para que não acontecesse o que tinha acontecido com o Bar da Praça; -----

- Relativamente à Travessa Monsenhor Vieira de Castro, disse que tinha sido salvaguardado um acesso para os utentes e transeuntes em geral. -----

- Quanto às alterações de trânsito, salientou que a competência era do Presidente da Câmara e, relativamente ao corredor de urgência, declarou que tinha sido alertado pelo técnico dos serviços no sentido de criar dois sentidos, de forma a conseguir melhores resultados no entroncamento do “*Paredes*”; -----

- Informou que foram atribuídos poucos cartões de estacionamento e que o objectivo dos mesmos era dar algumas respostas que tinham sido solicitadas pelos munícipes e que não tinham sido criados para terem sucesso; -----

- Assegurou que iria ser efectuada fiscalização nos parques de estacionamento. Informou, ainda, que a taxa de ocupação do parque de estacionamento Montenegro era baixa e a do parque da Biblioteca era de cinquenta por cento; -----

- Quanto à limpeza de terrenos, esclareceu que todos os cidadãos eram obrigados a limpar os seus terrenos e que, em caso de incumprimento a Autarquia se substituíria ao proprietário, explicando o procedimento legal; -----

- Sobre os arranjos de entradas resultantes da execução de obras públicas, afirmou que desconhecia ao que se estava a referir, salientando, no entanto, que as obras públicas tinham que ser totalmente executadas. -----

- Relativamente ao respeito pela oposição afirmou que achava que tinha uma atitude de respeito com a oposição. -----

- Relativamente às declarações proferidas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Regadas, nomeadamente, quanto ao valor protocolado afirmou, referindo-se ao autor das declarações que *era pobre e mal agradecido*, salientando alguns dos apoios atribuídos à freguesia. -----

Quanto ao passeio junto à escola, afirmou que se encontrava em concurso; relativamente à escola, informou que estavam a concluir o projecto para colocar a concurso e submetê-la a aprovação do QREN. -----

Quanto às respostas dos funcionários, pediu que clarificasse e identificasse as situações em concreto. -----

-----Seguidamente usou da palavra **Victor Silva** para reafirmar que o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE era constituído por dezassete membros e que nenhum deles tinha visitado o Hospital de Fafe para se inteirar da situação. -----

Salientou, ainda, que, aquando da deslocação de um doente para Guimarães, para ser internado, e respectivo regresso a Fafe, o internamento era debitado pelos dois hospitais ao Estado, o que era grave. Afirmou também que não tinha ouvido o Presidente da Câmara pronunciar-se sobre a perda de especialidades. -----

-----De seguida, interveio **Miguel Summavielle** para sugerir que o administrador da Naturfafe estivesse presente aquando da apresentação das contas. Ainda sobre a Naturfafe, questionou o equilíbrio financeiro da cooperativa. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Regadas** para dizer que nunca tinha sido mal agradecido e reiterar as

declarações efectuadas anteriormente, nomeadamente, que a Câmara não tinha feito investimentos em Regadas como fez noutras freguesias. -----

-----Terminadas as intervenções, entrou-se no **Período da Ordem do Dia**.

-----**Ponto dois ponto um – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade municipal.** Tomou a palavra **Leonor Castro** para manifestar a sua indignação relativamente à relação das obras concluídas, nomeadamente, a beneficiação da Estrada Nacional duzentos e seis, desde a Ponte Nova à Via Circular, uma vez que a obra estava a decorrer, citando outros exemplos. Nestes termos, perguntou sobre o que entendiam por obra concluída. -----

Quanto às obras em fase de apreciação de propostas, nomeadamente a requalificação do pavimento e redes das Ruas de Macau, Timor, Madeira, S. Tomé e Príncipe e Açores, a exemplo dos avisos efectuados anteriormente, alertou no sentido de minimizarem aquilo que já tinha sido o prejuízo dos habitantes e transeuntes da Rua de Angola e que não deveriam desperdiçar os momentos de intervenção. -----

Relativamente às obras concluídas, nomeadamente a revitalização do Jardim do Calvário, deu os parabéns à requalificação do Jardim, salientando a beleza do interior e a estranheza que fazia o elevador. -----

Criticou a colocação de uma placa à entrada do Jardim reportando-se à obra da revitalização e a ausência de qualquer referência à construção do Jardim.---

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para informar que, quanto às obras dadas como concluídas, os prazos terminaram e estavam *presas por muito pouco*. -----

Relativamente ao Jardim do Calvário, afirmou que Leonor Castro iria apreciar o elevador; -----

Quanto à placa com referência à obra de revitalização do Jardim do Calvário, disse que também iria ser colocada a placa com referência à construção do Jardim. Informou também que iriam ser colocadas placas com a identificação das espécies existentes no Jardim. -----

Quanto às restantes obras referidas mencionou que todas as ruas precisavam de uma intervenção total (saneamento, passeios, água e pavimentação),

salientando que a intervenção na Rua de Angola não tinha sido um bom exemplo de intervenção. -----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se ao **ponto dois ponto dois – Proposta da Câmara relativa à cedência do Edifício Escolar da Freguesia de Agrela à Junta de Freguesia**. Como ninguém quis intervir, foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com uma abstenção. -----

-----**Ponto dois ponto três – Proposta da Câmara relativa à cedência do Edifício Escolar da Freguesia de Gontim à Junta de Freguesia**. Não havendo qualquer intervenção, foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com uma abstenção. -----

-----**Ponto dois ponto quatro – Proposta da Câmara relativa à cedência do Edifício Escolar do Bairro, da Freguesia de Antime à Junta de Freguesia**. Foi dada a palavra a **António Jorge Barroso** que afirmou que o PSD reiterava as mesmas objecções que tinham feito relativamente a este tipo de cedências uma vez que constituía uma forma de financiamento encoberto às Juntas. -----

Disse que era com agrado que verificava que os ofícios remetidos pelas Juntas de Freguesia relativos ao presente assunto e aos dois pontos anteriores se fundamentavam em projectos para as mesmas, o que não tinha acontecido em situações anteriores idênticas. -----

Interpolou, ainda, os Presidentes de Junta a quem tinham sido cedidas escolas sobre a utilização que tinham dado aos edifícios. -----

Alertou para o facto de algumas escolas serem centenárias e que poderiam vir a ser demolidas, dizendo que isso era preocupante, atendendo ao valor histórico que deveria ser preservado. -----

Relativamente à aquisição de terrenos para a construção de habitação social, afirmou que as Juntas estavam a seguir o caminho mais fácil, comprando as escolas. -----

Finalizou a sua intervenção perguntando ao Presidente da Câmara sobre o significado das declarações efectuadas à comunicação social relativas a cedência de edifícios escolares às Juntas de Freguesia, mais concretamente, sobre a alteração do procedimento. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Miguel Summavielle** para afirmar que o Grupo Parlamentar da CDU iria votar contra porque não podiam compactuar com um financiamento *encapotado* à Junta de Freguesia, alegando que, quando havia um projecto que contribuía para o desenvolvimento da respectiva freguesia, o sentido de voto tinha sido favorável. -----

-----De seguida, interveio o **Presidente da Câmara** para explicar o princípio predefinido aquando do início do processo de cedência dos edifícios escolares às respectivas Juntas de Freguesia, pelo valor de quinhentos euros. -----

Mencionou, ainda, que a Câmara teria sempre a última palavra relativamente à demolição ou reconstrução de um edifício escolar. -----

Terminou afirmando que o princípio adoptado no caso em concreto tinha sido o mesmo que em situações análogas. -----

-----De seguida, tomou a palavra **António Jorge Barroso** para contestar as declarações do Presidente da Câmara, defendendo que o princípio estabelecido era outro relativamente ao fim a que se destinavam os edifícios.---

-----Seguidamente, interveio **Pedro Frazão** que reforçou as declarações de António Jorge Barroso. Afirmou ainda que a explicação do Presidente da Câmara relativa ao assunto tinha demonstrado que quem tinha alterado o princípio tinha sido o próprio Presidente e que o que estava em causa era o facto de se estar a dar mais possibilidade de desenvolvimento a algumas freguesias em detrimento de outras. -----

Disse que concordava com o teor das declarações de Miguel Summavielle na parte que se referia ao *encapotamento* de financiamento. -----

Manifestou, também, a sua indignação pelo silêncio dos restantes Presidentes de Junta relativamente ao assunto em discussão. -----

Finalizou a sua intervenção dizendo que havia a violação do princípio que sempre norteou o tipo de situação que se encontra em discussão e que era violado pelo próprio Presidente da Câmara. -----

-----Seguiu-se a intervenção de **Miguel Summavielle**, que reforçou as declarações efectuadas anteriormente e afirmou que a Câmara ia vender à Junta de Freguesia por um determinado valor para posteriormente comprar por um valor superior, o que não tinha qualquer explicação. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para esclarecer a situação em análise. Respondendo a Pedro Frazão, afirmou que iria seguir o seu apelo, ou seja, de futuro iria trazer à Assembleia uma inversão do princípio, citando os exemplos dos casos dos edifícios de Regadas e Fornelos que iriam ficar disponíveis. -----

-----De seguida, usou da palavra **Pedro Frazão** para dizer que desconhecia a situação de Fornelos e que, como o Presidente da Junta de Freguesia se tinha ausentado por motivos familiares, não se poderia pronunciar. -----

Porém, relativamente à política em geral que estava a ser discutida, garantiu que, sempre que fosse apresentada proposta nas mesmas circunstâncias que a presente, o seu sentido de voto iria ser o mesmo, lamentando as ameaças referentes às Juntas de Regadas e Fornelos. Apelou, ainda, às Juntas de Freguesia eleitas pelo Partido Social Democrata que solicitassem as escolas para os mesmos fins, afirmando que, sendo o seu sentido de voto o mesmo, porque era coerente, as pretensões das respectivas Juntas seriam aprovadas pelo Partido Socialista. -----

-----Terminada a intervenção de Pedro Frazão, tomou a palavra **Miguel Summavielle** para dizer que a diferença se estabelecia entre vender o que era público a uma entidade (que também era uma Autarquia), para vender novamente a uma instituição pública, ou vender, loteado, a particulares, lesando o Estado. -----

Ainda reportando-se à política actual de cedência das escolas, alertou para o facto do valor dos terrenos dos edifícios escolares da cidade de Fafe serem superiores aos das demais freguesias. -----

-----Seguiu-se a intervenção do **Presidente da Junta de Freguesia de Regadas** para dizer que esperava que quando solicitasse a cedência do edifício escolar à Câmara, que o mesmo lhe fosse cedido e que não se alterasse o princípio. -----

-----De seguida, tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Seidões** para esclarecer António Jorge Barroso, afirmando que outras freguesias tinham fundamentado os pedidos de cedência dos respectivos edifícios escolares. -----

-----Posteriormente, usou da palavra o Presidente **da Junta de Freguesia de Arões S. Romão** para prestar esclarecimentos sobre o destino do edifício escolar de Arões S. Romão cedido à respectiva Junta. -----

-----De seguida, interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Aboim** para dizer que mantinha o sentido de voto (abstenção) nos pontos relativos às cedências de edifícios escolares pelos motivos mencionados em situações análogas. -----

-----Finalmente, tomou a palavra **António Jorge Barroso** para dizer que a sua intervenção tinha feito os Presidentes de Junta falarem. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocado a votação, sendo aprovado, por maioria, com doze votos contra e cinco abstenções. -----

-----**Ponto dois ponto cinco – Proposta da Câmara relativa à alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial do Socorro.** Tomou a palavra **Miguel Summavielle**, para perguntar se existia uma política definida para a venda dos lotes criados com a presente alteração. Questionou também se tinham prevista a reutilização do valor da venda dos lotes em causa num enquadramento paisagístico de toda a Zona Industrial do Socorro e não apenas daquilo que estava previsto no relatório (zonas sobrantes, confrontantes com a variante). -----

-----Seguiu-se a intervenção do **Presidente da Câmara** para explicar a alteração efectuada, bem com as condições de venda dos lotes, afirmando que iriam seguir as circunstâncias de venda dos últimos lotes. -----

Referiu também que estavam a fazer algum tratamento da Zona Industrial e que iriam fazer mais melhorias no sentido de tornar a Zona Industrial do Socorro mais aprazível. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade. -----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto seis – Proposta da Câmara relativa ao Mapa de Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação do ano de dois mil e sete.** Tomou a palavra **Miguel Summavielle** para solicitar esclarecimentos sobre três prédios rústicos do Parque da Cidade, constantes no mapa de alterações patrimoniais.



-----Foi dada a palavra ao **Director do Departamento Administrativo Municipal** que esclareceu que os referidos prédios tinham sido destinados à construção da Escola Montelongo, e cujo direito de propriedade tinha sido transferido para a Direcção Regional de Educação do Norte (DREN). -----

-----Apreciado o ponto dois ponto seis, passou-se para o **ponto dois ponto sete – Proposta da Câmara relativa à Prestação de Contas do ano de dois mil e sete**. Não havendo intervenções, foi colocado a votação, sendo aprovada por maioria, com treze abstenções. -----

-----**Ponto dois ponto oito – Proposta de aplicação dos Resultados Líquidos do ano de dois mil e sete**. Não havendo intervenções, foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com doze abstenções. -----

-----**Ponto dois ponto nove – Proposta da Câmara relativa à subscrição do aumento de capital social da Sociedade Águas do Ave, SA**. Tomou a palavra **Miguel Summavielle** para reafirmar que, tratando-se as Águas do Ave, SA, de uma entidade do qual o Município faz parte e era accionista, o relatório deveria ser remetido à Assembleia Municipal para conhecimento, de forma a efectuarem uma votação mais consciente. -----

Fez também uma observação relativa às obras que estavam a ser executadas pelas Águas do Ave, SA, nas várias freguesias do concelho, salientando que as estradas se encontravam num estado muito degradado. -----

-----Seguiu-se a intervenção do **Presidente da Câmara** para esclarecer que o relatório de contas era enviado à Câmara e que, caso fosse de Lei, o remeteria à Assembleia Municipal; -----

Quanto às obras, afirmou que preferia que houvesse reclamações sobre a existência de obras do que da sua ausência, afirmando, no entanto que a Câmara estava a fiscalizar as obras, nomeadamente, que tinham sido levantados vários autos. -----

Relativamente à proposta em análise, esclareceu que não estava em causa qualquer aumento de capital mas uma alteração ao calendário do pagamento da última subscrição, já autorizada pela Assembleia Municipal. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi **colocado a votação**, sendo **aprovada, por maioria, com cinco abstenções**. -----

-----Seguiu-se para o **ponto dois ponto dez – Parecer do Conselho Municipal de Segurança relativo ao Regulamento provisório**. Tomou a palavra **Miguel Summavielle** para perguntar porque motivo o regulamento não tinha sido distribuído na íntegra e com a redacção definitiva. -----

-----Seguidamente, usou da palavra o **Presidente da Câmara** para esclarecer que o texto foi aprovado e que apenas tinham sido acrescentadas as duas adendas constantes do parecer. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi **colocado o Regulamento a votação**, sendo **aprovado, por maioria, com seis abstenções**. -----

----- Esgotada, assim, a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa perguntou aos Membros da Assembleia se pretendiam fazer alguma alteração ao texto da acta da sessão anterior. Como ninguém se pronunciou, foi dada a palavra ao público. Não havendo qualquer intervenção, foi colocada a votação a **acta em minuta da presente sessão, que foi aprovada, por unanimidade**.

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram vinte e quatro horas. -----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.---